

**Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)**

Inovação, Gestão e Sustentabilidade



Atena
Editora
Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)

Inovação, Gestão e Sustentabilidade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
158	<p>Inovação, gestão e sustentabilidade [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-404-7 DOI 10.22533/at.ed.047191806</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa – Brasil. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 509.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do e book – **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** trazem em sua essência o entendimento sobre o impacto gerado pela unificação destes.

Inovação, Gestão e Sustentabilidade aborda os desafios para as empresas e a sociedade em relação aos problemas ambientais que se inter-relacionam com a questão econômica. No contexto empresarial, a escassez de recursos naturais impõe a seguinte reflexão: Como inovar e ao mesmo tempo otimizar a sustentabilidade das cadeias de valor? Esta obra pretende contribuir para a compreensão desse contexto, apresentando alternativas analíticas e estratégias para as empresas nesse novo cenário socioeconômico, ambiental e inovador.

A preocupação com **Sustentabilidade** pode lançar as questões de **Inovação e Gestão** para um novo e diferenciado patamar, colocando-a, definitivamente, na ordem do diferencial competitivo.

Pode-se observar que tanto a **Inovação**, quanto a **Sustentabilidade** aliadas à processos de **Gestão** podem se tornarem fundamentais para a promoção da competitividade em contextos regionais e globais, bem como representarem a diferença na obtenção de resultados empresariais.

A busca por organizações “**Sustentáveis**” que sejam modelos de eficiência econômica e ambiental vêm sendo o maior desafio em um cenário globalizado e de constante mutação.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem voltada para os temas destacados, através da apresentação de mudanças climáticas e as consequências ambientais no meio rural; a sustentabilidade e o desenvolvimento da suinocultura com a gestão de resíduos sólidos; o agronegócio da soja em mato grosso: explorando as fontes de inovação e/ou conhecimento; além da contribuição para que se interprete as relações inovadoras, sustentáveis e econômicas em várias outras pesquisas. a preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo tema em destaque.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada da visão **sustentável**, da **gestão** e da **inovação**, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados.

A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas aos processos que buscam gerar diferencial competitivo.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de

renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	11
A COORDENAÇÃO ENTRE USINAS E DISTRIBUIDORAS NO MERCADO DE ETANOL EM GOIÁS	
Antonio Marcos de Queiroz Lívia Figueiredo de Oliveira Cleidinaldo de Jesus Barbosa Edson Roberto Vieira Sérgio Fornazier Meyrelles Filho Fábio André Teixeira Sabrina Faria de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.0471918061	
CAPÍTULO 2	28
A DINÂMICA DA VOLATILIDADE E ASSIMETRIA DE PREÇOS DA COMMODITY MILHO : UMA ABORDAGEM DOS MODELOS HETEROSCEDÁSTICOS	
Carlos Alberto Gonçalves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0471918062	
CAPÍTULO 3	46
A MUDANÇA CLIMÁTICA E CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS NO MEIO RURAL: UM RECORTE DA REALIDADE BRASILEIRA EM GOIÁS NA REGIÃO DE ANÁPOLIS E ENTORNO	
Joana D'arc Bardella Castro Jorge Madeira Nogueira Livia Ramêro Talita Freitas Mário Cesar Gomes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.0471918063	
CAPÍTULO 4	59
A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DA SUINOCULTURA COM A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: PROBLEMAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS	
Gevair Campos	
DOI 10.22533/at.ed.0471918064	
CAPÍTULO 5	80
AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES DE MERCADO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇOS DA AVICULTURA ALTERNATIVA NO ESTADO DO ACRE	
Emerson Luiz Curvêlo Machado Fábio Santos de Santana Pedro Gilberto Cavalcante Filho Reginaldo Silva Mariano Paulo Alves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0471918065	
CAPÍTULO 6	98
AGRONEGÓCIO DA SOJA EM MATO GROSSO: EXPLORANDO AS FONTES DE INOVAÇÃO E/OU CONHECIMENTO	
Adelice Minetto Sznitowski Yeda Swirski de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0471918066	

CAPÍTULO 7 112

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BACANGA, SÃO LUÍS – MA

Lara Rita Albuquerque Camara
Marília da Cruz dos Santos
Ana Beatriz Silva Da Costa
Andressa Bianca Paz Camara
Glauber Tulio Fonseca Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0471918067

CAPÍTULO 8 121

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Rubstain Ferreira Ramos de Andrade
Francisca Dejjane Araújo Chaves

DOI 10.22533/at.ed.0471918068

CAPÍTULO 9 138

AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PRODUTOS À BASE DO BARU NO ASSENTAMENTO SÃO MANOEL EM ANASTÁCIO- MS

Aline Moreira
Léia Carla Rodrigues dos Santos Larson
Madeleini Naves dos Santos
Paulo Neres Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.0471918069

CAPÍTULO 10 151

CLUSTERS ESPACIAIS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM GOIÁS: EXISTEM TERRITÓRIOS CANAVIEIROS?

Antonio Marcos de Queiroz
Henrique Dantas Neder
Cleidinaldo de Jesus Barbosa
Edson Roberto Vieira
Claudia Regina Rosal Carvalho
Fábio André Teixeira
Sabrina Faria De Queiroz
Flávia Rezende Campos
Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

DOI 10.22533/at.ed.04719180610

CAPÍTULO 11 171

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO DF

Rubstain Ramos de Andrade
Priscylla Dayse Almeida Gonçalves Mendes
Jânio Nascimento de Aquino
Tania Cristina Cruz

DOI 10.22533/at.ed.04719180611

CAPÍTULO 12	187
DAIRY GOAT AGRIBUSINESS SYSTEM IN THE STATE OF MINAS GERAIS, BRAZIL: A MULTIPLE CASE STUDY	
Luany Abadia Cavalcante de Sousa	
Laya Kannan Silva Alves	
Brenda Alves dos Santos	
Augusto Hauber Gameiro	
Camila Raineri	
DOI 10.22533/at.ed.04719180612	
CAPÍTULO 13	206
DECOMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS NO VALOR DA PRODUÇÃO LEITEIRA NAS DIFERENTES REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL	
Júnior Candaten	
Julcemar Bruno Zilli	
DOI 10.22533/at.ed.04719180613	
CAPÍTULO 14	222
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICO DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA DA REGIÃO SUL DO ESTADO DO CEARÁ	
Cybelle Rodrigues Duarte	
Maria Nicheilly Pontes Araújo	
Vanessa Ermes Santos	
Ana Candida de Almeida Prado	
DOI 10.22533/at.ed.04719180614	
CAPÍTULO 15	235
Diferentes Abordagens da Teoria Neo-Schumpeteriana	
Karine Daiane Zingler	
Arlindo Villaschi Filho	
Glauco Schultz	
DOI 10.22533/at.ed.04719180615	
CAPÍTULO 16	251
DINÂMICA DO AVANÇO DO MONOCULTIVO DO DENDE NO MUNICÍPIO DE MOJU-PA: DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES	
Félix Lélis da Silva	
Mário Miguel Amin Garcia Hereros	
Gabriel Lelis Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.04719180616	
CAPÍTULO 17	280
ESTRATÉGIAS E VALORES DO MOVIMENTO <i>SLOWFOOD</i> NA REGIÃO DO CERRADO	
Níria Costa Assis	
Maria Júlia Pantoja	
DOI 10.22533/at.ed.04719180617	

CAPÍTULO 18	298
EVOLUÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA PARA AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL, 1995 e 2004	
Sabrina Faria de Queiroz Henrique Dantas Neder Cláudia Regina Rosal Carvalho Flávia Rezende Campos	
DOI 10.22533/at.ed.04719180618	
CAPÍTULO 19	314
EXPLORAÇÃO PELA COMPLEXIDADE: UM MODELO TEÓRICO PARA ANALISAR COMO SE DÁ A EXTRAÇÃO DE VALOR NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA SOJA	
João Guilherme Araújo Schmidt Matheus Prudente Cançado	
DOI 10.22533/at.ed.04719180619	
CAPÍTULO 20	331
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: O POTENCIAL DA TORTA DE MARISCOS DA ILHA DAS CAIEIRAS – VITÓRIA/ES	
Jaqueline Carolino Uonis Raasch Pagel Giovanna Fornaciari Ronielson de Jesus Xavier Lucas Medici Macedo Candeias	
DOI 10.22533/at.ed.04719180620	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: O POTENCIAL DA TORTA DE MARISCOS DA ILHA DAS CAIEIRAS – VITÓRIA/ES

Jaqueline Carolino

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória (ES)

Unis Raasch Pagel

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória (ES)

Giovanna Fornaciari

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória (ES)

Ronielson de Jesus Xavier

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória (ES)

Lucas Medici Macedo Candeias

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória (ES)

RESUMO: Objetivou-se discutir o potencial da torta de mariscos (ou torta capixaba) da Ilha das Caieiras em Vitória/ES como Indicação Geográfica. Para tanto, utilizou-se como fonte de informações dados secundários, pesquisa bibliográfica, bem como, sites oficiais. Adicionalmente, foram feitas visitas ao local e conversas com os agentes envolvidos. Como principais considerações apontou-se a Torta de Mariscos da Ilha das Caieiras com potencial para a modalidade Indicação de Procedência. No entanto, para tal solicitação deve-se proceder a criação do regulamento de uso, a

constituição de um conselho regulador e um órgão de controle, bem como a discussão sobre questões ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Indicação Geográfica, Mariscos, Capixaba.

GEOGRAPHICAL INDICATION: THE POTENTIAL OF SEAFOOD PIE FROM ILHA DAS CAIEIRAS – VITÓRIA/ES

ABSTRACT: It was objective to discuss the potential of the seafood pie (or capixaba pie) from Ilha das Caieiras - Vitória/ES as Geographical Indication. For this, secondary data, bibliographic search, as well as official sites were used as sources of information. In addition, were realized visits to the place and conversations with the agents involved. As main considerations was pointed out the seafood pie from Ilha das Caieiras as potential for the geographical indication modality. However, for such a request one should proceed with the creation of the use regulation, the constitution of a regulatory council and a control organ, as well as the discussion on environmental issues.

KEYWORDS: Geographical Indication, Seafood, Capixaba.

1 | INTRODUÇÃO

A Indicação Geográfica (IG) é um ramo da Propriedade Industrial que objetiva o estabelecimento e reconhecimento da identidade geográfica de determinado produto ou serviço por meio de ligação entre suas características e sua procedência garantindo o direito a exclusividade de produção a partir do seu registro. Atua como instrumento de apropriação territorial por parte de produtores e prestadores de serviços de localidades protegidas por esse ativo, valorizando e preservando aspectos singulares.

Portanto, apresenta-se, para determinadas localidades, como oportunidade de desenvolvimento regional de forma sustentável e não menos viável em termos econômicos, dado que alia o crescimento econômico ao desenvolvimento social e à preservação ambiental, com estímulo às especificidades locais e à manutenção de identidades regionais. Normalmente, são produtos artesanais ou com matéria prima encontrados em regiões específicas.

Mesmo tendo como base a argumentação geográfica, percebe-se que o processo de produção dos bens é indissociável da relação entre os habitantes locais e os recursos presentes em suas regiões (CAROLINO et al., 2017). O produto ganha visibilidade e valorização por meio da diferenciação pela tradição, modo de preparo ou características dos materiais utilizados. E suas referências culturais são passadas de geração em geração.

Neste contexto, o objetivo da pesquisa é discutir a potencialidade da Torta de Mariscos (ou torta capixaba) da Ilha das Caieiras em Vitória/ES como uma IG. Para tanto, neste estudo foram utilizadas múltiplas fontes de informações, com ênfase ao uso de dados secundários e pesquisa bibliográfica, bem como, sites oficiais. Adicionalmente, foram feitas visitas ao local e conversas com os moradores, donos de restaurantes, marisqueiras(os) e dirigentes da Associação de Pescadores, Marisqueiros e Desfiadeiras (ASPEMADE) da região da “Grande São Pedro”, em Vitória/ES.

O estudo foi estruturado em três partes. A primeira, introdutória. Na segunda, para melhor entendimento, faz-se uma breve apresentação das Indicações Geográficas no contexto da Propriedade Intelectual. Na terceira, são apresentadas breves considerações históricas e características da Torta de Mariscos da Ilha das Caieiras. E, por fim, elaboram-se as considerações finais.

2 | PROPRIEDADE INTELECTUAL: AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

O sistema de Propriedade Intelectual compreende direitos relativos a três grupos: 1) Direitos de Autor e Conexos (direitos concedidos aos autores de obras intelectuais expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte); 2) Propriedade Industrial (direitos concedidos com o objetivo de promover a criatividade pela proteção, disseminação e aplicação industrial de seus resultados); e 3) Direitos *Sui generis* (são do escopo de propriedade intelectual, mas não são considerados Direito de Autor ou

Propriedade Industrial) (WIPO/OMPI/INPI, 2014).

A Indicação Geográfica (IG) é uma das modalidades de direitos compreendidas no âmbito da propriedade industrial. A definição atualmente em uso foi cunhada em 1994 no *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) conhecido em português como Acordo dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC) (WTO, 2018). Em seu art. 22.1 consta a seguinte definição:

Indicações geográficas são, para efeitos deste Acordo, indicações que identifiquem um produto originário do território de um membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

Na realidade, o TRIPS buscava estabelecer uma harmonização para o comércio internacional, levando a propriedade intelectual a se tornar um elemento chave para as relações comerciais entre países, com a queda das barreiras tarifárias.

Na legislação brasileira, este instituto foi incorporado na Lei n.º 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial - LPI), em seu art. 176: “constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem”. Considera-se **indicação de procedência (IP)** o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço (art. 177) (BRASIL, 1996).

Considera-se **denominação de origem (DO)** o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (art. 178) (BRASIL, 1996).

Sob outra perspectiva de análise, as IG's associam a imagem de qualidade e tipificação ao produto ou serviço protegido, promovendo a garantia da qualidade e da reputação. Seus principais elementos de diferenciação são vinculados ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais (clima, solo, vegetação) e humanos (modo de fazer ou processo de produção). Neste sentido, observa-se que a origem geográfica se constitui um elemento de agregação de valor aos produtos ou serviços reconhecidos. A IG também tem por finalidade informar ao consumidor o modo de produção, a elaboração e a procedência do produto.

Por outro lado, considerando serem as IG's formas de organizações territoriais, em torno de sistemas produtivos locais, podem ser adotadas como ferramenta de desenvolvimento local, especialmente no setor agrícola, origem da maior parte dos produtos protegidos, promovendo geração de emprego e renda no meio rural. Juk (2015) considera as IG's como um mecanismo de Propriedade Intelectual (PI) e de proteção de ativos intangíveis devido o seu objetivo de preservar tradições e métodos produtivos simultâneo ao desenvolvimento de inovações de diversas magnitudes que garantam determinado nível de qualidade ao consumidor.

A construção de uma IG é uma fonte de dinamismo técnico, organizacional e

institucional erguida em um determinado contexto social, onde são negociadas as normas e padrões de qualidade, posteriormente incorporados ao Regulamento de Uso, documento no qual estão especificados os aspectos sociotécnicos relacionados à produção, monitoramento e controle (NIERDELE, 2009). No entanto, não há garantias que o primeiro a comercializar um novo produto ou processo será capaz de se apropriar da maior parcela de lucros gerados pela inovação.

As IG's por serem sinônimos de produtos diferenciados tornam-se dispositivos de mercado. O estímulo às inovações nas técnicas de produção integra o conjunto de benefícios proporcionados pela implementação de IG's, especialmente para pequenos e médios produtores rurais, aliada à pesquisa e extensão rural. No entanto, enfatiza-se que para garantir que os benefícios sejam apropriados pelo produtor e se torne uma ferramenta de vantagem competitiva também é necessário haver toda uma estrutura subjacente e institucional (JUK, 2015).

3 | INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: O POTENCIAL DA TORTA DE MARISCOS DA ILHA DAS CAIEIRAS - VITÓRIA/ES

Acredita-se que o reconhecimento da Torta de Mariscos da Ilha das Caieiras torna-se eficaz enquanto uma IP, pois apresenta caráter de produção específico que, por conta do seu diferencial e concentração em determinado local, ganha notoriedade enquanto referência do território onde está instalada.

Em termos históricos, trata-se de um prato característico da culinária do estado do Espírito Santo conhecido como “Torta Capixaba”. No entanto, não há consenso, entre historiadores, sobre sua origem. Segundo Devens (2014), alguns afirmam que sua origem ultrapassa 400 anos. Seu consumo tradicional remonta o século XIX.

Seu surgimento, influenciado por questões religiosas, recebeu influências da cultura portuguesa, indígena, africana e dos povos mais antigos do território capixaba. Preparada unicamente no Espírito Santo, a torta é considerada, por muitos, o prato mais nobre da culinária capixaba, ao lado da tradicional moqueca capixaba.

Existem variações em seu preparo. Nos municípios do interior do estado do Espírito Santo se concentra basicamente no uso de palmito fresco e bacalhau. A utilização de mariscos é mais comum nos municípios do litoral capixaba, sendo tradicional em Vitória, principalmente, na Ilha das Caieiras, devido à proximidade tanto do mar quanto do mangue. A combinação de todos os ingredientes, acrescida do cozimento em vasilhames de barro, de origem indígena ou africana, sugere a origem capixaba da torta (Figura 1(a)).

A Ilha das Caieiras, um dos bairros mais antigos de Vitória, integra o complexo demográfico da “Grande São Pedro”, que compreende dez bairros. A região está cercada por um dos maiores manguezais urbanos do mundo, com de 891,83 hectares de área.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Vitória/ES (PMV, 2018a) o nome do bairro tem origem em dois fatores: um geográfico e outro histórico. Geograficamente, no início de sua ocupação, a área estava cercada por mangues que por ocasião das marés altas lhe conferia um aspecto insular. Historicamente, a expressão “caieiras” significa fábrica de cal ou fornos onde se calcina a rocha calcária. Todavia, não há registros de jazidas de calcário na Ilha das Caieiras, que pudessem fornecer a matéria-prima para a fábrica de cal. O material, na realidade, era originário das ostras abundantes no lugar e em sua vizinhança.

Ainda segundo a PMV (2018a), a maioria das casas é própria, de alvenaria, e muitas ainda sem acabamento. A maior parte das famílias vive da pesca, da cata do caranguejo e de outros mariscos, além da cultura das desfiadeiras de siri, que movimenta o turismo local. A renda média familiar mensal é de um a dois salários mínimos. Tanto a pesca quanto as atividades de desfiar o siri e retirar os mariscos das cascas são artesanais (Figura 1(b), 1(c)). A Organização das atividades acontece por meio dos próprios moradores. Não há ainda uma formalização.



Figura 1: Torta de Mariscos (Torta Capixaba), Desfiadeira de Siri e Marisqueiros

Fonte: (a) Foto de divulgação; (b) e (c) Autoria Própria.

Tradicionalmente, a torta é assada e servida na panela de barro feita pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras, já considerada uma IG, sob registro nº 201003/2011 pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2019). A atividade de desfiar o siri é passada de geração em geração e, normalmente, é feita utilizando uma pequena faca, com as pessoas sentadas nas calçadas das casas dos moradores do bairro e produto é vendido por quilo.

Há na região um local que pertence a PMV, que foi reformado e entregue em junho de 2016 à então Associação de Pescadores, Marisqueiros e Desfiadeiras (ASPEMADE) da “Grande São Pedro”. Neste local, estão dispostos tanques e bancadas inoxidáveis, cozinha e banheiros. As instalações servem basicamente para o beneficiamento do

pescado e cursos de capacitação voltados a esse segmento.

Em termos de qualificação, cursos como ‘Conservação de Recursos Marinhos’ e ‘Criação de Marisco em Cativeiro’ (SEBRAE); ‘Aproveitamento Integral dos Alimentos’ (SENAC); ‘Conscientização Turística’, ‘Técnicas de Congelamento de Alimentos’ e ‘Culinária de Mariscos’ (PMV, 2018a), são alguns dos cursos que foram ofertados desde a época em que a Associação ainda era considerada uma Cooperativa.

Esta seria uma forma de melhorar as condições de trabalho de todos envolvidos na pesca, no desfilio, bem como, do preparo das tortas e demais pratos servidos na região. No entanto, estas são ações que envolvem participação não só da comunidade, mas também de órgãos governamentais tais como prefeitura e secretarias de estado.

Apesar de a região ser conhecida pelos moradores de Vitória e divulgada em *sites* de turismo, há reclamações por parte dos associados que relatam falta de sinalização adequada e também, de certa forma, pouca divulgação da região por parte dos órgãos governamentais.

De acordo com a Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo (SETUR/ES, 2019), a Ilha das Caieiras tem se tornado um polo do turismo gastronômico de Vitória. São, atualmente, cerca de 10 restaurantes que se destacam pelas construções simples (Figura 2(a), 2(b), 2(c), 2(d)), muitas vezes nas próprias casas dos moradores que junto com a paisagem do mangue e a vista dos Morros do Moxuara e do Mestre Álvaro (Figura 2(e), 2(f)) formam um ambiente com forte potencial turístico.

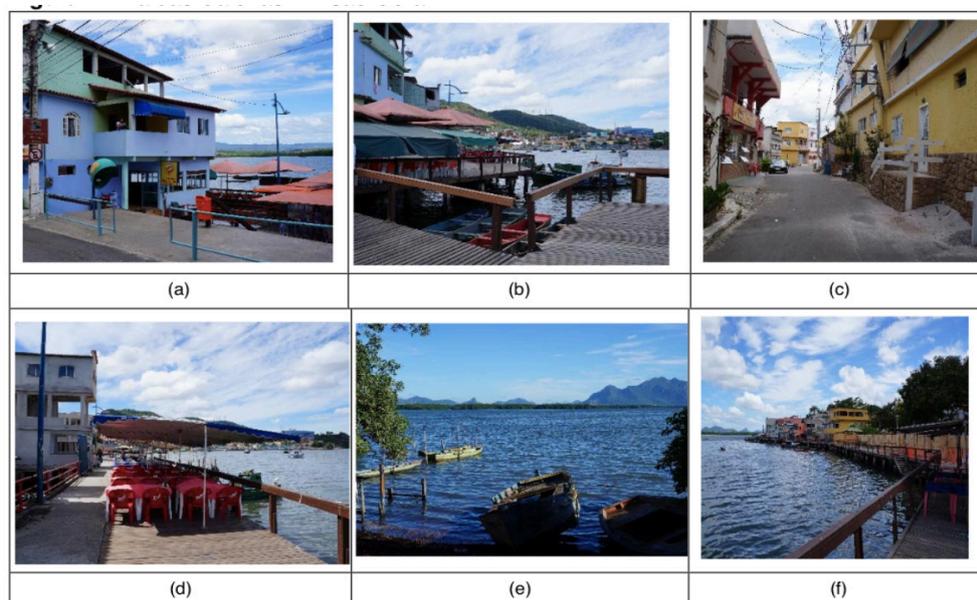


Figura 2: Ilha das Caieiras – Visão Geral

Fonte: Autoria Própria.

Na Semana Santa o fluxo de turistas aumenta, pois acontece na região o “Festival de Torta Capixaba”, cuja proposta é oferecer pratos variados e representativos da culinária capixaba e da região da Ilha das Caieiras preparados pela comunidade local

para a degustação de moradores ou turistas nas tradicionais barracas e restaurantes da região (PMV, 2018b). Assim, os compradores podem consumir no local ou levar para consumo em sua residência. O acesso ao local pode ser feito tanto por terra, quanto por mar.

No momento, o estatuto da ASPEMADE passa por revisão e alterações. O atual estatuto faz menção à qualificação dos seus associados, mas não possuem um regulamento de uso formalizado. Inclusive, buscam orientação jurídica, pois enfrentam problemas com a questão ambiental e a falta de regulamentação da profissão de marisqueiros(as).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os requisitos básicos para um IG, a Torta de Mariscos (ou torta capixaba) da Ilha das Caieiras apresenta: a história, a notoriedade, a qualidade, a delimitação geográfica da área e a organização dos produtores (mesmo que de forma embrionária).

As principais questões pendentes estão relacionadas à organização dos produtores, pois trata-se de um processo coletivo e participativo, no qual devem ser envolvidos os atores locais, produtores, transformadores da matéria prima, pessoas ligadas ao comércio, ao turismo e ao consumo. Neste caso, o papel da ASPEMADE é fundamental.

No entanto, para a solicitação da IG, faz-se necessário a criação do regulamento de uso. E, por se tratar de um produto que permite variações no seu preparo, há a necessidade de se manter as características originais do produto tanto em termos de matérias primas quando em seu preparo. Além do regulamento de uso é necessário que se constitua um conselho regulador e um órgão de controle.

Adicionalmente, no caso da região da Ilha das Caieiras ainda há fatores limitantes como a questão ambiental, pois a região encontra-se em área de preservação. Desta forma, entende-se que a IG serviria como uma forma de, não só agregar valor e consequentes melhorias econômicas e até sociais e culturais para a região em questão, mas também de estratégia para a preservação ambiental. Não se esquecendo da associação com o turismo que provoca o reconhecimento e valorização das culturas tradicionais, a valorização da gastronomia típica promovendo o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 14 maio 2018.

CAROLINO, J.; CAMPOS, A. F.; PAGEL, U. R.; CARDOSO, T. B. **Indicações Geográficas: potencialidades no estado do Espírito Santo**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria/RS. "Inovação,

Extensão e Cooperação para o Desenvolvimento”. **Anais...** Santa Maria: SOBER, 2017.

DEVENS, N. **História da torta capixaba**: surgimento do preparo à degustação na Semana Santa. Vitória: CBN, 2018. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/04/cbn_vitoria/reportagens/3893432-historia-da-torta-capixaba-surgimento-do-preparo-a-degustacao-na-semana-santa.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

INPI [Instituto Nacional da Propriedade Industrial]. **Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento**. Rio de Janeiro: INPI, 2019. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

JUK, Y. V. **Inovações e seus Atores**: as Indicações Geográficas no Vale dos Vinhedos. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

NIERDELE, P. A. Controvérsias sobre a Noção de Indicações Geográficas enquanto Instrumentos de Desenvolvimento Territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre/RS. “Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares os agronegócios no contexto de integração das nações”. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

PMV [Prefeitura Municipal de Vitória]. **História e Cultura: Ilha das Caieiras**. Vitória: PMV, 2018. Disponível em: <http://vitoria.es.gov.br/cidade/historico-e-cultural#a_ilhadascaieiras>. Acesso em: 20 jan. 2018a.

_____. **Festival de Frutos do Mar e Torta Capixaba na Ilha das Caieiras**. Vitória: PMV, 2018. Disponível em: <http://vitoria.es.gov.br/cidade/historico-e-cultural#a_ilhadascaieiras>. Acesso em: 31 nov. 2018b.

SETUR/ES [Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo]. **Polos de turismo gastronômico de Vitória-ES**. Vitória: SETUR/ES, 2019. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

WIPO/OMPI/INPI [World Intellectual Property Organization/Organização Mundial da Propriedade Intelectual/Instituto Nacional da Propriedade Industrial]. **Curso geral à distância de Propriedade Intelectual – DL 101P BR**. Rio de Janeiro: WIPO/OMPI/INPI, 2014.

WTO [World Trade Organization]. **Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)**. Genebra: WTO, [s.d.]. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips_01_e.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

JAQUELINE FONSECA RODRIGUES Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGE/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGE/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia - 1”; “Conhecimento na Regulação no Brasil” e “Elementos da Economia - 2” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-404-7

